

# APARIÇÃO COM VIDA: AS MADRES DE PLAZA DE MAYO E A LUTA POR JUSTIÇA

**Samantha Viz Quadrat**

*Resumo: Este artigo examina a criação e a atuação do grupo Madres de Plaza de Mayo durante a ditadura militar argentina (1976-1983) e nos governos democráticos, quando ocorreu uma cisão interna no movimento e a criação de dois grupos distintos: Asociación Madres de Plaza de Mayo e Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora. Com relação ao período ditatorial, objetiva-se discutir as estratégias de atuação e as formas de repressão que irão abater-se sobre o grupo. No período democrático, os fatores que levaram à cisão do movimento e às novas formas de atuação.*

*Palavras-chave: gênero; direitos humanos; Argentina.*

## **Golpe e ditadura militar na Argentina**

A ditadura militar argentina teve início em 24 de março de 1976, com golpe liderado pelas Forças Armadas contra Maria Estela Martínez de Perón, viúva do antigo comandante Juan Perón, falecido em 31 de junho de 1974.

As razões do golpe estavam calcadas nas acusações de corrupção, de incompetência – com destaque para o setor econômico – e de fragilidade política da presidente diante das ações armadas tanto das esquerdas – representadas pelos grupos guerrilheiros Montoneros e Exército Revolucionário do Povo – quanto da extrema-direita,

representada especialmente pela Triple A (Aliança Anticomunista Argentina). Em função disto, segundo os militares, era preciso “arrumar a casa”.

Este novo golpe na região do Cone Sul da América Latina teve mais uma vez como base ideológica a Doutrina da Segurança Nacional. A mesma que havia dado o suporte necessário aos golpes no Brasil (1964) e no Chile (1973) e que o ditador paraguaio Alfredo Stroessner havia adotado para o seu governo.

Sobre a Doutrina da Segurança Nacional na Argentina podemos afirmar que ela substituiu a Doutrina de Desenvolvimento Nacional, em voga no exército durante o governo peronista. A nova concepção de segurança e

participação política das Forças Armadas não ficou limitada aos meios castrenses, mas penetrou em diversos setores da sociedade civil.

Para a divulgação da nova ideologia foi criada, em 1957, a Escuela de Defensa Nacional com influência francesa e, posteriormente, norte-americana. E, “em 1965 iniciaram-se no exército argentino os estudos sobre a ‘guerra revolucionária comunista’ de forma organizada. O responsável pelo feito foi o então Coronel Carlos Rosas que era subdiretor da Escola Superior de Guerra” (DELLASOPPA, 1998, p. 351).

Dez anos depois, em 1975, vemos uma alteração na forma de combate à chamada subversão na Argentina. Se até então a principal preocupação era conhecer o fenômeno marxista e a melhor forma de combatê-lo, a partir dos anos 70 as forças anticomunistas passaram para a ofensiva.

O combate à “ameaça vermelha” teve início ainda no governo de Maria Estela, quando a então presidente autorizou a execução da “Operação Independência” – entre os anos de 1975 e 1976 – com o objetivo de “limpar” o país da “ameaça comunista”. Se a princípio a Operação não alcançou os resultados esperados, aos poucos este quadro foi sendo alterado e o número de mortos pertencentes às organizações guerrilheiras aumentou. Além disso, devemos destacar que foi justamente no período da execução da Operação que as primeiras denúncias de violações dos direitos humanos e da montagem de centros clandestinos de detenção foram feitas. Segundo observadores, ao final de 1975, a guerrilha argentina já estava derrotada. Portanto, antes mesmo do

golpe, os possíveis focos de resistência à instalação de um regime ditatorial já estavam completamente desarticulados, facilitando a ação militar na repressão.

Com a queda de Maria Estela e a ascensão da primeira Junta Militar, formada por Jorge Videla, Eduardo Massera e Orlando Agosti, a violência, já presente no cenário político argentino, ganhou proporções inimagináveis, apresentando hoje a cifra de 30 mil mortos e desaparecidos.<sup>1</sup>

As declarações militares demonstram a dimensão do terror que se instalou no país. Para o general argentino Videla, “un terrorista no es sólo quien mata con un arma o coloca una bomba, sino aquel que alienta a otras personas, a través de ideas que son contrarias a nuestra civilización occidental y cristiana” (CATELA, 1998, p. 7). Para o coronel Castagno, “Só há uma forma de vitória: o apoio ao exército nacional, na convicção de que os delinqüentes (subversivos) não podem viver conosco” (DELLASOPPA, 1998, p. 357).

Nos documentos oficiais e secretos da ditadura Argentina, a oposição era identificada pela sigla BDT: bando de delinqüentes terroristas. Desta maneira, os militares construíram para aquelas pessoas que questionaram o regime ou que poderiam ser uma ameaça à sua hegemonia a identidade de marginal e delinqüente. Nos discursos dos militares argentinos era comum se adjetivar o oponente como *esquerdista, não-argentino, irrecuperável e ideológico*. Para os militares estes inimigos eram irrecuperáveis, uma doença sem cura que precisava ser extraída do país para que não se espalhasse por todo o território nacional. Para isto, os identificavam

como um preso comum e não político, logo, uma ameaça à sociedade. Desta maneira, os militares estavam apenas cumprindo a sua missão ao excluí-los da vida civil, garantindo, assim, a segurança dos demais.

O Processo de Reorganização Nacional, como os militares denominaram a ditadura argentina, optou pelo extermínio em massa de toda e qualquer forma de oposição. Nas palavras do general argentino Ibérico Saint-Jean: "Primero, vamos a detener a los guerrilleiros. Después a sus familiares. Después a los simpatizantes. Por último, a todos los que no crean en el régimen militar" (MARIANO, 1998, p. 28).

Segundo Catela (1998, p. 7):

Essa metodologia oferecia enormes vantagens sobre o inimigo, já que este ignorava se o seqüestrado estava vivo ou morto, permitia a tortura sem limite dos detidos, evitava que logo após o interrogatório o detido fizesse saber a seus colegas a informação que fornecera, permitia quebrar a resistência mediante o mau trato prolongado dos prisioneiros, inclusive alterando-lhe a identidade política e psíquica.

Sobre a estrutura da repressão podemos observar que a mesma não era tão organizada como em outros países, especialmente se compararmos com o Brasil. Na concepção argentina, *todos* os oficiais deveriam ser responsáveis pelo setor de informação, apesar de o país ter a SIDE (Secretaria de Inteligência do Estado). O que vemos na Argentina é a criação de um grande aparato repressivo sem uma coordenação central ou sem especialistas o que, de certa maneira, permitiu a criação de centros clandestinos de detenção, prisões e desaparecimentos sem critérios, vôos da morte, roubo de

crianças etc. Este aparato repressivo era formado pelas *Forças de Tarefas* ligadas aos serviços de inteligência do Exército (SIE), da Marinha (SIN) e da Aeronáutica (SIA) e da SIDE.

A repressão argentina foi estruturada no trio seqüestro-desaparecimento-tortura de pessoas. Estas eram seqüestradas, na maioria das vezes, em suas próprias residências, tendo parentes e vizinhos como testemunhas. A maior parte das ações ocorria já tarde da noite ou na madrugada e surpreendia a todos. Para facilitar a ação e disseminar o terror na vizinhança, os grupos encarregados do seqüestro cortavam a energia elétrica deixando todos no escuro, usavam megafones, helicópteros e, até mesmo, granadas e bombas. Em seguida, a casa era invadida por um grupo de pessoas, que às vezes era composto por até 50 militares ou policiais, fortemente armados. A vítima era então levada em um dos vários carros usados na ação. Antes, porém, toda sua família, inclusive crianças, era aterrorizada e ameaçada. E, não raro, as invasões de domicílios eram acompanhadas de saques.

Os seqüestros também ocorriam nos locais de trabalho ou de estudo e, até mesmo, nas ruas, sem a preocupação com a presença de centenas de testemunhas.

Após o seqüestro ilegal, as vítimas eram introduzidas na tenebrosa realidade dos centros clandestinos de detenção (que sempre tiveram sua existência negada pelos militares) e da tortura. A partir do seqüestro, a pessoa perdia sua identidade e passava a ser tratada por um número. Para os familiares, ela se tornava uma "desaparecida". Os órgãos do Estado negavam prontamente que

estas pessoas estavam sob a sua custódia. Alguns militares chegavam a insinuar que a pessoa poderia ter fugido para outro país, abandonado a esposa por outra mulher, ou estar se prostituindo em outra região. Cabe destacar que, no período em que a pessoa estava “desaparecida”, a tortura era aplicada com maior intensidade.

Para os familiares, a divulgação oficial da prisão acabava trazendo um certo alívio e uma sensação de segurança. Afinal, o Estado havia assumido a custódia e nada “poderia” ser feito contra a pessoa. O que não correspondia à verdade, já que muitos presos foram dados pelos órgãos de segurança como “seqüestrados” das prisões oficiais por seus próprios companheiros de militância, tendo como destino a morte (justiçamento) ou o desaparecimento por conta própria.

A condição de vida num dos centros clandestinos de tortura espalhados por todo território argentino era péssima. Além das torturas, as pessoas eram vítimas de várias humilhações, da falta de higiene e da precariedade no que se refere à alimentação e condições das instalações. O centro clandestino de detenção mais conhecido pela violência com que tratou seus presos é a Escola de Mecânica da Marinha (ESMA), localizada em Buenos Aires e próxima a um campo de futebol. Recentemente, houve uma tentativa de implantar o projeto que previa a demolição do prédio, o que não ocorreu devido à pressão de grupos de defesa dos direitos humanos que o querem de pé para manter viva a memória dos dias de terror. Um outro centro clandestino de detenção que chama nossa atenção é conhecido como Automotores Orletti, destinado especialmente para a prisão de estrangeiros,

muitos dos quais vítimas da Operação Condor.<sup>2</sup>

Nesses lugares a ameaça de morte era contínua. O fim da vida poderia ocorrer durante uma sessão de tortura ou durante um traslado, sinônimo encontrado pelos militares para a morte. Se alguns presos ficavam felizes porque pensavam que iriam para uma prisão melhor, onde receberiam a visita de familiares, outros já sabiam que a morte era iminente. Além do assassinato por fuzilamento ou sessões de tortura, as mortes poderiam ocorrer durante vôos de avião. Conhecida como *vôo da morte*, esta estratégia de eliminação das pessoas foi utilizada por quase dois anos pelos militares. Uma vez por semana um avião levantava vôo com presos dopados que acreditavam estarem sendo transferidos para um lugar melhor. Na verdade, eles eram jogados em alto-mar e seus corpos jamais seriam encontrados. Já os corpos das pessoas que eram fuziladas ou morriam durante a tortura eram enterrados em cemitérios clandestinos.

O desaparecimento do cadáver era um ponto central dentro da repressão argentina. Segundo a lógica legal, sem corpo não há crime. Logo, os familiares poderiam ser ludibriados com desculpas de que seus parentes não estavam presos, evitando-se, assim, que o restante da população se comovesse e se solidarizasse com as famílias destes mortos e, talvez o mais importante, impedindo-se que fossem feitas investigações sobre como tinha se dado a morte.

A disseminação do medo de uma repressão que estava longe de ser seletiva, da falta de respostas e da censura aos meios de comunicação – que impedia que fossem divulgadas as arbitrariedades

e crimes do governo – acabou gerando o medo na sociedade civil e fazendo com que a maioria se calasse diante do que estava ocorrendo. Por incrível que pareça, mesmo diante das ações militares realizadas nas ruas, muitas pessoas só tiveram a noção exata do que havia ocorrido no país quando os sobreviventes começaram a depor nos processos movidos contra os militares, já durante o período democrático do governo de Raúl Alfonsín.

Os focos de resistência, especialmente no campo jurídico e de defesa dos direitos humanos, acabaram surgindo antes da ditadura militar. Seguindo o exemplo da *Liga Argentina por los Derechos Humanos*, uma organização dos anos 30 preocupada em defender as vítimas da perseguição ao Partido Comunista, surgiu o *Servicio de Paz y Justicia* fundado por Adolfo Pérez Esquivel, em 1974. No ano seguinte, em 1975, surgiu a *Asamblea Permanente por los Derechos Humanos*. Em 1976, o *Movimiento Ecueménico por Los Derechos Humanos*, organização que reunia os integrantes do campo religioso. E, em 1979, o *Centro de Estudios Legales y Sociales*, que atuou como referência legal e criou um centro de documentação de denúncias<sup>3</sup> (CATELA, 2001, p. 205-206). O surgimento deste tipo de organização antes da ditadura militar está relacionado ao fato, anteriormente mencionado por nós, de que na Argentina a violência política teve início antes mesmo da instalação daquele regime.

Com o advento da ditadura militar e suas ações atingindo famílias inteiras, surgiram novas organizações que traziam consigo o parentesco como forma de reunião e identificação. Segundo Catela (2001, p. 208), “o reconhecimento do

problema comum levou à configuração de redes de interdependência onde a denúncia de violação dos direitos humanos passou a ser o fio de união das diferentes histórias que cada um levantava a partir do seqüestro dos familiares”. A primeira destas organizações chamava-se *Familiares de Desaparecidos y Detenidos por Razones Políticas* (1976). O alvo deste artigo, a organização *Madres de Plaza de Mayo*, surgiria em 1977 e ocuparia um papel de destaque ao tornar visível a violação dos direitos humanos, não só para a sociedade argentina como para a comunidade internacional.

### **As “loucas” da Plaza de Mayo exigem “aparição com vida”**

Com o crescimento da repressão e do uso cada vez maior da estratégia do seqüestro seguido pelo desaparecimento que afetou famílias inteiras, teve início a longa marcha por respostas iniciada pelos familiares dos desaparecidos. O caminho na busca de respostas correspondia a várias instâncias do aparato estatal, desde delegacias, ministérios e hospitais, até cemitérios e Institutos Médicos Legais.

Aos poucos, estes familiares foram percebendo que não estavam sozinhos e que outras famílias estavam passando pelo mesmo sofrimento. Tal constatação permitiu, especialmente, a aproximação de mulheres que passaram a dividir suas angústias e sofrimentos com as demais.

Além de se encontrarem nestes caminhos legais, muitas mães se conheceram em Igrejas Católicas, enquanto buscavam consolo ou milagre na religião. Foi também nas Igrejas, cujos

sacerdotes não simpatizavam com o governo ditatorial,<sup>4</sup> que começaram a ocorrer as primeiras reuniões. Num destes encontros, Azucena Villaflor de Vincenti alertou que as buscas nos meios convencionais supracitados não estavam resolvendo a questão, sendo necessário mudar de estratégia. A sugestão veio em seguida: por que não ocupar as praças? Por que não pedir uma audiência com o Poder Executivo? (<http://www.madres.org>).

Desta maneira, em 30 de abril de 1977, o primeiro grupo de *madres* formado por Azucena Villaflor de Vincenti, Josefa de Noia, Raquel de Caimi, Beatriz de Neuhaus, Delicia de González, Raquel Arcusin, Haydée de Garcia Buela, Mirta de Varavalle, Berta de Braerman, Maria Adela Gard de Antolokoletz, Cándida Felicia Gard, Maria Mercedes Gard e Julia Gard de Piva fez sua primeira manifestação pública na Plaza de Mayo (MAGALHÃES, 2000: 12).

Era o surgimento de uma das principais características das *madres*: as marchas. A estratégia de protesto acabou contando com a "colaboração" de policiais que lhes perguntavam: "*Qué hacen aquí paradas? No saben que hay estado de sitio en el país? Esto es una ruínón! Vamos, marchem, caminen!*" (MARIANO, 1998, p. 28). Como a reunião de pessoas estava proibida, as *madres* começaram a caminhar ao redor da pirâmide central da Plaza de Mayo, a mesma na qual Juan e Evita Perón haviam reunido multidões e que os militares ocuparam com jardins e bancos numa vã tentativa de impedir a reunião do povo. A localização da praça também é fundamental para avaliarmos a ousadia e a coragem das *madres*. Está localizada em frente à Casa Rosada, a sede do governo argentino. De lá, os membros

das Juntas Militares e posteriores presidentes podiam ouvir os discursos vorazes com os quais as *madres* exigiam justiça. Foi dessa situação que surgiu o apelido de "*locas de la Plaza de Mayo*", dado pelos assessores do presidente Jorge Videla.

### Nas palavras de uma *madre*:

Tienen razon, hay que estar bien loca para desafiarlos abiertamente cuando todos tiemblan frente a ellos. Hay motivos suficientes para volverse loca, después de buscar en vano durante varios meses a un ser amado, tropezando constantemente con la indiferencia y la hostilidad del mundo que nos rodea. La angustia y la soledad hacen enloquecer (BOUSQUET, 1983, p. 37).

Segundo Hebe de Bonafini, a escolha da praça decorreu do sentimento de bem-estar que estas mulheres sentiam neste lugar.

Lá, éramos todas iguais. Nos escritórios havia muita burocracia. Na praça criava-se um elo de solidariedade e catarse. Todas contavam o que havia ocorrido em sua família e as demais identificavam-se e buscavam forças umas nas outras. A praça atuava como um elemento de união (<http://www.madres.org>).

Por outro lado, a escolha da praça também foi relevante no sentido de que nenhuma forma de repressão pública contra estas mulheres seria aprovada tanto pelo restante da população como pelo grande número de turistas que freqüenta o local. Além disso, caso reprimisse as *madres*, o Estado deixaria claro aquilo que vinha tentando esconder: a violência como prática da ditadura para conter a oposição.

Aos poucos, outras mães foram criando coragem e atendendo à convocação das demais para irem à praça e exigirem respostas do governo sobre a

localização de seus filhos. A busca por novas integrantes ocorria nos mesmos espaços públicos onde as primeiras mães se conheceram. Além disso, também iam às casas das pessoas apresentando o problema, mas nem sempre lhes abriam as portas. O medo era o principal sentimento presente na sociedade argentina.

Com o crescimento do número de *madres* na praça também aumentou o número de policiais no local. Era comum a prisão de muitas *madres* durante as marchas numa tentativa de esvaziar, através do medo, o movimento. Levadas para delegacias, elas eram submetidas a intensos interrogatórios, cuja preocupação principal era identificar as líderes do movimento.

A solidariedade e o laço de resistência criado entre estas mulheres faziam com que diante da prisão de uma companheira as demais também se apresentassem às forças de segurança para serem presas. Afinal, todas haviam cometido o mesmo "delito", a saber: ser uma *madre* da Plaza de Mayo.

Além da ocupação dos espaços públicos, as *madres* também tentaram criar um canal de comunicação com as Juntas Militares. Neste sentido, em 11 de maio de 1977, elas solicitaram uma audiência ao general Videla, que não as recebeu. A missão de recebê-las recaiu sobre o Secretário Geral da Presidência da República, que as encaminhou para o ministro do Interior, general Albano Harquindeguy. Nestes encontros, estranhos diálogos como o reproduzido a seguir foram travados. Diante do questionamento de uma *madre* sobre sua filha desaparecida, Harquindeguy

respondeu negando o desaparecimento e afirmando:

Señoras, yo mismo he tenido que sacar a mi sobrina de acá, del país, la llevé a México y les digo [...] allá en México hay muchas chicas que se han ido, se han ido [...] y algunas están ejerciendo la prostitución y hacen creer que está desaparecidas. Pero díganme, sus hijos... talvez los muchachos se fueron con alguna mujer, mirem que los chicos a veces (ANDERSEN, 2000, p. 276).

Um outro símbolo das *madres* foi o uso de *pañuelos*. A idéia surgiu quando as *madres* resolveram participar de uma outra marcha que não a organizada por elas. A principal questão levantada era como elas se reconheceriam no meio da multidão. A saída encontrada para esse momento foi o uso de uma fralda de seus filhos na cabeça como se fosse um lenço. A idéia acabou sendo adotada em definitivo pelas *madres*, sendo a fralda substituída por um lenço branco (*pañuelo*) com o nome do desaparecido bordado. Hoje, este símbolo encontra-se pintado no chão ao redor da pirâmide e constitui um traço fundamental na identificação de *madres* e *abuelas*, sendo que estas últimas usam lenços totalmente brancos sem nenhuma inscrição. O símbolo é tão forte, que somente as pessoas que são agraciadas com um exemplar por estas associações devido a sua simpatia e amizade ou pela defesa dos direitos humanos o utilizam.

Na praça, essas mulheres também encontraram uma nova identidade e um novo sentido para as suas vidas. Com a idade girando em torno de 40 a 60 anos e dedicadas às tarefas domésticas, estas mulheres se viram no olho de um furacão, atacadas em seu ponto mais vulnerável: seus filhos. A dor e a coragem as empurraram para as ruas, num momento

em que nenhum outro movimento ou partido se atrevia a este tipo de atitude. Elas acabaram adotando os 30 mil desaparecidos como seus filhos.

Nesta adoção de uma nova identidade, essas mulheres não abriram mão do que as caracterizava: a maternidade. Com isso, deixaram, por um tempo, os militares argentinos de mãos atadas. Afinal, elas estavam evocando a tradicional figura materna, tão valorizada pelos militares.

A ida às ruas e a manifestação pública contra o Estado ditatorial surpreenderam os militares. A estratégia de não incluir homens em suas fileiras e utilizar a seu favor a figura materna foi um ponto decisivo para que o movimento crescesse ante a ditadura e ganhasse o respaldo não só da população argentina, mas também do resto do mundo.

Além disso, essas mulheres resgataram a verdade sobre seus filhos. Se a princípio eram vistas como mães de terroristas e marginais – o que muitas vezes provocou o afastamento de vizinhos e familiares – com o crescimento do movimento e o reconhecimento de sua legitimidade acabaram pondo em xeque o discurso oficial sobre a conduta pessoal e política dos desaparecidos ao restabelecer a verdade e expor a face mais cruel da ditadura argentina.

No entanto, não demorou para que as *madres* fossem vítimas da mesma violência que havia atingido seus filhos. Elas, então, utilizaram-se das estratégias de seus filhos para escaparem do ataque policial nas ruas. Contra a mordida de cachorros, um jornal. Contra os gases lacrimogêneos, um pouco de bicarbonato e água (MARIANO, 1998, p. 30).

As *madres* também protagonizaram um dos episódios mais dramáticos da “guerra suja” argentina. Em 1977, o grupo sofreu a infiltração do tenente da Marinha lotado num dos maiores centros de tortura, a Escola de Mecânica da Marinha (ESMA), Alfredo Astiz, que se fez passar por um irmão de desaparecido em busca de informações e justiça. Algumas *madres* chegavam a alertá-lo: “Cuidate, por favor, no vengas aquí, sos muy joven y es muy peligroso” (<http://www.madres.org>). Sem desconfiar da verdadeira identidade de Astiz, hoje chamado de Judas e Corvo, que se apresentou como Gustavo Niño, as *madres* aceitaram-no em suas reuniões e marchas.

A infiltração de Astiz acarretou o seqüestro e desaparecimento da principal líder das *madres*, Azucena Villaflor De Vincenti e também de Esther de Careaga, Patricia Oviedo, Eduardo Horano, Raquel Bulit, María Eugenia de Bianco, Angela Auad, Remo Berardo, Julio Fondovila, Horacio Elbert e das freiras francesas Alice Domon e Leonie Douquet (<http://www.madres.org>). Pelos crimes cometidos contra as duas cidadãs francesas e contra a cidadã suíça Hagelin, Astiz responde a processos na justiça francesa e suíça.

As *madres* de Plaza de Mayo ganharam um destaque internacional durante a realização do Campeonato Mundial de Futebol realizado na Argentina, em 1978. Sem o controle dos meios de comunicação internacionais que estavam no país para cobrir o evento desportivo, restou aos militares apertarem o cerco contra elas com prisões e exaustivos interrogatórios para retirá-las da Plaza. No entanto, mesmo

assim, as *madres* reuniriam-se na Plaza e as imagens daquelas mulheres clamando por seus filhos correram o mundo. A tevê holandesa chegou a exibir imagens das marchas antes das transmissões dos jogos. Em contrapartida, a preocupação com a imagem nos meios internacionais foi tamanha que muitos argentinos, simpatizantes do governo, exibiram adesivos com a sugestiva mensagem: “Nós, argentinos, somos direitos e humanos.”

Devemos destacar que as *madres* também faziam vigílias em frente aos locais acusados de serem centros de torturas, aproveitavam a visita de autoridades estrangeiras para denunciar a repressão, viajavam à Europa, realizavam missas, marchas conjuntas com outras organizações de direitos humanos etc.

Com o acirramento da violência contra o grupo, as *madres* passaram a se reunir na clandestinidade, em igrejas ou cafés. As idas à praça tornaram-se esporádicas, resumindo-se a sua periodicidade semanal – todas as quintas-feiras, às 15h30 – no início dos anos 80.

Foi em 1980 que surgiu a palavra de ordem que deu título a este artigo. A origem do *slogan* “aparición con vida”, algumas vezes completados por “con vida los llevarán, con vida los queremos”,<sup>5</sup> surgiu em resposta às declarações emitidas por Emílio Mignone e por outras personalidades argentinas ligadas à defesa dos direitos humanos de que os desaparecidos estavam mortos. Em resposta à morte as *madres* exigiam a vida, desejavam-na. Por certo, neste momento nem todos os desaparecidos estavam de fato mortos, já que algumas

pessoas consideradas desaparecidas foram sendo libertadas dos centros clandestinos de detenção.

Os últimos momentos da ditadura argentina, que se lançou na guerra com a Inglaterra para reaver a posse das Ilhas Malvinas, foram acompanhados de perto pelas *madres* que, com o *slogan* “As Malvinas são argentinas, os desaparecidos também”, chamavam a atenção para o número de jovens mortos em combate.

## Ventos democráticos, novos desafios

Com o processo de transição à democracia em andamento, as *madres* depararam-se com um novo rol de questões. A ampliação dos assuntos debatidos, bem como a liberdade advinda de um regime democrático acabaram por provocar uma cisão no grupo, dando origem, em 1986, a dois grupos distintos de Madres. O primeiro, liderado por Hebe de Bonafini, chamado Associação *Madres* de Plaza de Mayo; o segundo, chamado Madre de Plaza de Mayo – Linha Fundadora.

Apesar das divergências, dois pontos parecem provocar a conciliação: a questão da não-anistia e da apuração e punição dos culpados pelos crimes de violações aos direitos humanos. Estes foram os dois temas mais debatidos pelas *madres* de ambos os grupos. Para essas mulheres, não existe possibilidade de conciliação, tampouco de perdão.

A criação da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas durante o governo do primeiro presidente

civil do período democrático, Raúl Alfonsín, também não recebeu o apoio das *madres*. O fato de a Comissão ter sido proposta pelo governo e sem a participação das principais lideranças das organizações defensoras dos direitos humanos, assim como a não-punição dos crimes cometidos pelos militares foram os argumentos centrais apresentados pelas mulheres para não apoiar o trabalho daquele órgão.

Um outro ponto importante, discutido no período democrático, diz respeito à descoberta de algumas ossadas de vítimas da repressão. As *madres* acabaram por recusar a identificação dos corpos, pois, para elas, além da entrega de todos os corpos de desaparecidos, também deveriam ser esclarecidas as circunstâncias da morte, bem como deveria apurar-se e punir todos os responsáveis por cada assassinato. Segundo Hebe de Bonafini, *“no se acepta la entrega de cadáveres por que eso significa cerrar el problema de los desaparecidos”* (<http://www.madres.org>).

Por fim, durante o governo democrático, vemos que ocorreu também a ampliação do rol de causas apoiadas pelas *madres* como os movimentos estudantis e operários.

### Considerações finais

A partir da experiência das *madres*, outros grupos surgiram na Argentina aglutinando parentes de desaparecidos. O primeiro foi a Associação Abuelas de Plaza de Mayo (outubro de 1977). Já no período democrático, criaram-se os Hijos

(1995) – reunindo filhos de pessoas que foram vítimas da repressão – e os Hermanos (1999) – dos que tiveram seu irmão “apropriado” pelas forças da repressão.

Um ponto a ser destacado é que a experiência não ficou restrita apenas ao caso Argentino. No Chile, em julho de 1975, surgiu a Associação de Familiares de Presos e Desaparecidos, que ganhou destaque em 1977 com a greve de fome levada a cabo por 24 mulheres e dois homens, tendo como pauta a devolução – com vida – de seu parente desaparecido. Muitos destes manifestantes nem acreditavam em sua volta para casa. Em 1978, mais uma greve de fome, só que desta vez reunindo 60 familiares. Lideradas por Sola Sierra – que havia perdido seu marido, Waldo Pizarro Molina, assassinado pelo governo – as manifestações eram cada vez mais intensas. Os cartazes com fotos dos desaparecidos eram sempre acompanhados pela pergunta: *“dónde están?”*.

A reunião das *madres* chilenas ocorre todas as segundas-feiras na sede da organização. A exemplo das *madres* argentinas, elas não aceitaram as indenizações propostas pelo governo e exigem a apuração e punição dos crimes de violações aos direitos humanos. Nas palavras de Sola: *“No aceptamos indemnización como forma de olvido. El olvido es la mentira, es quitar de la historia un período trágico”* (MARIANO, 1998, p. 104-106).

Abstract: *This article examines the history of the group Madres de Plaza de Mayo during the argentine military dictatorship (1976-1983) and during the democratic governments, when occurred a internal scission and the creation of two distinct groups: Asociación Madres de Plaza de Mayo and Madres de Plaza de Mayo – Línea Fundadora. Regarding the dictatorship period the article aims at examining the strategies adopted by the group and how the repression acted upon it. And in the democratic time, the reasons that led to the scission of the movement and the adoption of news moulds of action.*

Keywords: *gender, human rights, Argentina.*

## Notas

<sup>1</sup> Existe uma grande discussão acerca dos números oficiais de mortos e desaparecidos argentinos. Segundo a CONADEP – Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas – seriam cerca de nove mil mortos. Já para as organizações de direitos humanos, este índice alcançaria 30 mil pessoas.

<sup>2</sup> No que se refere às estratégias da repressão e aos depoimentos de suas vítimas, a melhor indicação é o livro *Nunca mais* (SÁBATO, 1984), informe produzido pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas.

<sup>3</sup> O CELS possui um centro de documentação e uma biblioteca abertos para os pesquisadores ou interessados na história recente da Argentina.

<sup>4</sup> A Igreja Católica, assim como em outros países do Cone Sul, dividiu-se entre o apoio ou não à ditadura. No caso específico da Argentina, a grande maioria dos sacerdotes acabou sendo conivente com os militares, o que implicou um posterior pedido de perdão à sociedade argentina.

<sup>5</sup> Esta palavra de ordem é anterior à frase “aparição com vida”. Ela surgiu em 1978, durante a Copa do Mundo de Futebol realizada na Argentina.

## Referências

ANDERSEN, Martin. *Dossier secreto*. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

BOUSQUET, Jean-Pierre. *Las locas de la Plaza de Mayo*. Buenos Aires: El Cid, 1980.

CATELA, Ludmila da Silva. *Argentina: do autoritarismo à democracia, da repres-*

*ção ao mal-estar castrense - 1976/1989*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1998.

\_\_\_\_\_. Desaparecidos e direitos humanos: entre um drama nacional e um dilema universal. In: NOVAES, Regina; LIMA, Roberto Kant de. *Antropologia e direitos humanos*. Niterói: EdUFF, 2001. p. 203-266.

## GÊNERO

DELLASOPPA, Emilio. *Ao inimigo, nem justiça*. São Paulo: HUCITEC: USP, 1998.

MAGALHÃES, Aline Neri. *Madres de Plaza de Mayo: a marcha dos pañuelos (1976-1983)*. 2000. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais,

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

MARIANO, Nilson Cezar. *Operación Cóndor*. Buenos Aires: Lohlé-Lumen, 1998.

SÁBATO, Ernesto (Org.). *Nunca mais*. Porto Alegre: L&PM, 1984.